



# ABANDONADOS INTENSIVAMENTE

Texto:  
Tiago Carrasco

Fotografia:  
Ana Brígida

Com a água do alqueva, o azeite tornou-se no grande tesouro do alentejo: as planícies douradas deram lugar a megalatifúndios verde-azeitona, maioritariamente nas mãos de fundos financeiros internacionais. Segundo a comissão europeia, o olival intensivo pode crescer 88% até 2030. Um tamanho que esconde as vidas de quem se move na base e nas margens das oliveiras; trabalhadores estrangeiros enganados por redes mafiosas e a viver em condições miseráveis, habitantes sufocados pelo fumo de uma fábrica, por canais de água contaminados e pelo uso de herbicidas. São os enjeitados de um setor milionário.



Pensão no centro de Beja onde cada imigrante paga 75 euros de renda



Uma luz ténue desvenda as painéis de arroz e milho que um grupo de imigrantes senegaleses tem ao lume para o jantar; as paredes estão enegrecidas, com manchas de gordura, os pés colam-se ao chão, o fogão tem camadas de comida encrustada e no corredor jaz um colchão podre de humidade. As condições da casa são indignas até para animais, mais ainda para os seres humanos que nela habitam. Estamos no primeiro andar da “Pensão”, um edifício na Rua Alexandre Herculano, no centro de Beja, usado para albergar cerca de meia centena de estrangeiros que diariamente anseiam por uma jorna paga nos campos ou por boas novas sobre a regularização dos seus documentos.

A nossa chegada não anunciada adiciona medo e vergonha aos temperos de uma refeição triste. Nos corredores, às escuras, estala uma discussão em wolof entre os moradores e Mohamed, outro senegalês que conhecêramos minutos antes na praça central e que tinha tido a coragem de nos guiar até ali. “Temos medo de que o dono não goste e que nos obrigue a sair daqui. Detestamos a casa, mas não temos onde dormir”, diz Omar S., 25 anos, sentado numa cadeira da cozinha. Natural de Conacri, na Guiné, Omar chegou a Beja em outubro do ano passado, aconselhado por uma amiga, na Bélgica, a procurar Portugal para tentar obter permissão de residência mais rapidamente. Em Lisboa, outros imigrantes disseram-lhe para tentar a campanha da azeitona no Alentejo. Diz pagar 75 euros mensais para viver na “Pensão”, onde apenas algumas divisões têm luz elétrica, não há aquecimento e os banhos são frequentemente de água fria, por não haver dinheiro para a botija de gás.

Somos aconselhados a sair para que os ânimos se acalmem. Omar decide acompanhar-nos: fala francês, o que o distingue de parte dos moradores que comunicam somente no seu idioma nacional. “Hoje sou um homem, mas já fui uma mercadoria”, refere. Aos 17 anos, casado e com dois filhos pequenos, decidiu partir para a Europa com um amigo. Queria deixar para trás uma infância órfã de pai, passada na rua, e uma subsistência dificultada pelos sucessivos golpes de Estado em Conacri, que tornaram a sua venda ambulante escassa para alimentar a família. “Atravessei o deserto pelo Mali e pela Argélia. Quando chegava a uma cidade nova, era vendido num mercado e passava para as mãos de outro dono. Trabalhava na construção ou em casa dos chefes. Para ser libertado, tinha de pagar. Como não tinha dinheiro, eles ligavam para a minha família a exigir 15 ou 20 mil CFA [cerca de 190 euros]. Feito o pagamento, deixavam-me avançar”, recorda.

Dois anos mais tarde, conseguiu saltar o muro de Ceuta para território espanhol. Fixou-se em Troyes, em França, onde se manteve escondido para evitar a deportação. Ainda tentou a sorte em Bruxelas, mas a pandemia de Covid-19 tornou a integração mais complicada. Chegando a Beja, esteve um mês a viver na rua: “Todas as noites, procurava um carro que pudesse abrir para dormir abrigado. Saía cedo, antes de o dono chegar, e ia para a rodoviária esperar que alguém me desse trabalho”, afirma. O primeiro serviço foi a podar

“**HOJE SOU UM HOMEM, MAS JÁ FUI UMA MERCADORIA. ATRAVESSEI O DESERTO PELO MALI E PELA ARGÉLIA. QUANDO CHEGAVA A UMA CIDADE NOVA, ERA VENDIDO NUM MERCADO E PASSAVA PARA AS MÃOS DE OUTRO DONO**”

Omar S.

oliveiras: 35 euros por um dia inteiro, pouco mais de três euros por hora. “Somos contratados por intermediários que nos levam para as quintas. Às vezes, nem conhecemos os patrões. Essas pessoas arranjam-nos serviços na agricultura, na construção, qualquer coisa, e também nos indicam uma casa para dormir”. Foi assim que Omar foi parar à “Pensão”, onde divide quarto com mais dois homens.

No prédio do lado, parcialmente entaipado, está registada uma companhia chamada “Terra Pacífica”, que Alberto Matos, presidente da delegação de Beja da Solidariedade Imigrante (SOLIM), identificou como uma entidade que emite centenas de contratos falsos de trabalho a termo incerto a imigrantes alojados na “Pensão”. “Com 50 pessoas a pagar 75 euros mensais, são quase quatro mil euros por um edifício devoluto, em que não houve qualquer investimento”, diz o ativista. “A habitação, mais do que o próprio trabalho, representa a maior margem de lucro para as máfias. Estamos a falar de 200 ou 300%, números superiores aos do tráfico de armas ou de drogas, o que torna a exploração de seres humanos tão apetecível para os criminosos”. O cidadão português que recebe as rendas, Sérgio M., é membro dos órgãos sociais da COSSIR - Cooperativa de Apoio Social a Imigrantes e Refugiados -, uma organização supostamente formada para prestar auxílio aos forasteiros. Numa reportagem da TVI, o bejense justificou as desumanas condições da habitação com a cultura dos inquilinos: “Eles comem com as mãos. Não há nada a fazer”.

O modelo económico em que assenta o olival intensivo não dispensa mão-de-obra barata para a poda das oliveiras e para a apanha da azeitona (embora as últimas instalações, em sebe, sejam já de apanha mecanizada). As oliveiras têm-se multiplicado ao ritmo de 10 milhões por ano na última década. Confrontados com uma profunda escassez de mão-de-obra local, os proprietários agrícolas entregaram-se a obscuras agências de trabalho temporário, que lhes passaram a trazer estrangeiros dispostos a oferecer o seu suor por baixos salários e contratos benéficos para a aceitação dos seus pedi-



Mustapha Far, 46 anos, de Dakar, Senegal. Chegou à Europa de barco, em 2017

dos de residência. Foram levados aos milhares a Beja, Moura, Serpa, Ferreira do Alentejo e a outras localidades abençoadas pelo regadio do Alqueva.

Quando chegavam, porém, já estavam irremediavelmente endividados para com os angariadores, que os tinham forçado a pagar avultadas quantias pela viagem, agravadas por juros altíssimos. “Passam os cinco ou dez anos seguintes a saldar a dívida do alojamento, alimentação e transporte com trabalho escravo, e só recebem quando sobra. Muitas vezes nem recebem nada, porque os intermediários fogem com o dinheiro”, diz Matos, 70 anos, que tem dedicado as suas duas últimas décadas a denunciar os gangues e a auxiliar os burlados.

As máfias começaram por ser romenas: “Traziam moldavos em carrinhas de nove lugares e instalavam-nos em casas que tinham sempre dois atletas de artes marciais, encarregues de aplicar uma surra a quem ousasse escapar”, diz o delegado da SOLIM. A prática subsiste: a 22 de fevereiro, um moldavo, de 29 anos, foi deixado às 6 da manhã à porta do hospital de Beja com graves lesões provocadas por espancamento, ao ponto de ter sido transportado de urgência para o Hospital de São José, em Lisboa. Nas imediações dessa unidade de saúde, na Mouraria, duas semanas antes, um incêndio num rés-do-chão onde viviam 22 imigrantes asiáticos matou duas pessoas. No início de março, o SEF descobria num monte em Faro, no Algarve, cerca de uma centena de imigrantes explorados por uma rede mafiosa. A expansão triunfal das culturas intensivas levou as máfias a globalizarem-se: “Hoje os alvos são timorenses, nepaleses, paquistaneses ou subsarianos. Uns chegam de avião, outros atravessam o Mediterrâneo de barco, mas quase todos acabam por cair nas mãos dos angariadores”, diz Matos.

A situação em Beja é particularmente delicada. Com o fim da campanha da azeitona, centenas de imigrantes ficaram no desemprego, sem meios para custear comida e habitação. É o caso de Omar; ainda fez um biscate na construção e a assar frangos numa churrascaria, mas foi despedido assim que pediu um pequeno aumento. “Não trabalho há quase dois meses”, desabafa.

Na ESTAR, uma associação privada sem fins lucrativos, Madalena Palma chefia uma equipa que procura dar resposta imediata às urgências dos novos indigentes de Beja. 90% são imigrantes. Para além de gerirem um abrigo com 10 beneficiários - atualmente todos do norte de África -, em regime de autogestão, também sensibilizam os empregadores a recrutarem trabalhadores por eles sinalizados, e não através de empresas de trabalho temporário. “Ainda ontem, a De Prado [espanhola, uma das seis megaempresas donas de mais de metade do olival], esteve aqui a fazer 46 entrevistas”, diz Madalena. A associação não tem mãos a medir. “Há imensas pessoas a vaguear o dia inteiro pela cidade. Vêm-nos pedir comida e casa. Isto nunca esteve tão mal como agora”.

Na Praça da República, predominam os senegaleses. Alguns partiram de Itália quando o então ministro do Interior, Matteo Salvini, um populista de extrema-direita, apertou o cerco à

“**EM PORTUGAL, DIZEM-ME QUE O PROCESSO SERÁ RÁPIDO, MAS TEMOS UM PROBLEMA DE HABITAÇÃO**”

David Catita  
projeto URSA

imigração. Outros estiveram anos a laborar nos ainda mais vastos terrenos agrícolas da Andaluzia, em Espanha, onde, apesar de ganharem mais, viviam em maior sobressalto. “Lá tirava mais de 100 euros por dia, o triplo do que ganho aqui, mas a polícia andava atrás de nós e perdi a ilusão de conseguir os documentos”, diz Mustapha Far, 46 anos, dos subúrbios de Dacar. “Em Portugal, dizem-me que o processo será rápido, mas temos um problema de habitação.

Quero depois juntar dinheiro para regressar ao Senegal, onde tenho terras e vacas, para fazer um furo de água e fazer os meus cultivos”. Omar prefere pensar nos seus filhos, que não vê desde bebês: “Não quero que tenham de viver como escravos, como eu”, afirma. Não deixa que o identifiquemos pelo apelido nem tirar uma foto do seu rosto. Por embaraço. “Não quero que a minha família saiba que vim para a Europa para estar a viver numa casa como aquela”, explica.

## Nas mãos dos fundos internacionais

Os desígnios de Omar e de tantos outros que, como ele, semearam as suas expetativas nos campos do Baixo Alentejo, foram traçados pelos mercados bolsistas de cidades distantes. “Quando estalou a crise financeira, em 2008, passou a haver muito investimento em terra, considerado um ativo sólido e confiável”, diz Joaquim Banza, 56 anos, proprietário agrícola em Ervidel, Aljustrel. “Os primeiros foram os espanhóis, a braços com uma crise no imobiliário e na construção. A procura fez crescer muito o preço por hectare mas, por outro lado, trouxeram tecnologias que já implementavam no sul de Espanha e que nos ajudaram muito”.

O proprietário tradicional alentejano, ainda a recompor-se da reforma agrária, dos condicionantes impostos pela Política Agrícola Comum (PAC) e das secas da década de 1990, pouca resistência ofereceu aos colossos empresariais espanhóis que fizeram do Alentejo uma extensão natural dos quase



Joaquim Banza, do Protejagro, produtor de Olivais em Sebe

dois milhões de hectares de olivais andaluzes. Com duas vantagens: a terra era mais barata e não havia restrições ao consumo de água até 600 milhões de metros cúbicos. Apesar de não existirem dados oficiais, as associações de agricultores estimam que 70% das propriedades da região tenham mudado de dono desde 2010. Estão hoje majoritariamente na posse de fundos internacionais de vários cantos do planeta, sem rosto, mas com muitos milhões para investir em olival e amendoal. Em conjunto, as duas produções intensivas já ocupam cerca de 80% da área cultivável dentro do perímetro de rega.

Nada disto seria possível sem a obra faraônica do Alqueva, que inundou as antigas searas e o montado, formando o maior lago artificial da Europa. No entanto, passados mais de 20 anos e 2,5 mil milhões de euros de investimento público em agricultura, não existe ainda um plano de ordenamento nem uma política agrícola que garanta a sustentabilidade do território. Como disse Francisco Palma, em declarações à revista Sábado, em 2019, o Alqueva foi mais “uma exigência das empresas de obras públicas” do que uma “aposta no desenvolvimento da região com base no recurso natural água”.

A propriedade de Joaquim Banza é uma ilha de diversidade no meio de um mar de olival. No passado, fez beterraba e tomate. O pivô central é ocupado por plantações de milho e cereais, estando as áreas sobrantes preenchidas pela terceira geração de

olival, em sebe. “Não há qualquer dúvida de que as culturas permanentes, como o olival, são as mais rentáveis. O preço do azeite está bastante favorável. E como a oliveira é autóctone, consome menos água e tem menos custos de produção”, diz o agricultor. “Mas eu acho que devemos cultivar um pouco de tudo em prol da autonomia alimentar. Caso haja algum problema com o olival, também asseguro que não perco todo o rendimento”.

Os agricultores da região temem agora os efeitos perversos da proposta da Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva (EDIA) em aumentar a fatura da água na ordem dos 130 a 150%, de modo a repor os prejuízos de 14 milhões de euros contraídos devido ao aumento do custo da energia. “A consequência imediata vai ser a expansão do olival porque todas as outras culturas se tornarão economicamente inviáveis com o aumento brutal da tarifa da água”, diz o olivicultor Luís Mira Coroa, de 59 anos. O olival necessita apenas de 3000m3 de água por hectare, anualmente, menos de metade do milho e apenas um terço do que a mesma área de tomate precisa. “Com um bom tratamento político, conseguiríamos ter uma mancha mais diversificada de culturas. Mas a tendência é para a homogeneização. Não nos podemos esquecer que as paisagens são filhas da economia, que por sua vez é filha da política”, diz Coroa.

## O “ecocídio” e os riscos ambientais das culturas superintensivas

Os produtores locais rejeitam que o cultivo intensivo ou superintensivo do olival tenha impactes ambientais significativos, acusando os críticos de manterem uma perspetiva “urbana”. “Esquecem-se, porém, de que as críticas não vêm dos urbanos, mas das pessoas que vivem aqui, paredes meias com o olival”, diz o bejense Pedro Horta, 36 anos, da Zero. A organização ambientalista contabiliza centenas de infrações e irregularidades, a começar pelo (des)ordenamento do território, até à erosão dos solos, irrigação ilegal, uso de herbicidas não homologados e o colapso da biodiversidade. Em maio do ano passado, a Zero acusou mesmo de “ecocídio” os empreendedores das culturas de regadio. “Representativos deste colapso são o desaparecimento das populações da espécie ameaçada da flora *Linaria ricardoi* e a destruição de charcos temporários mediterrâneos, devido à implementação do modelo de intensificação agrícola favorecido pelo regadio coletivo do Alqueva (...)”, lê-se no relatório.

Pedro tem apenas de se deslocar à saída de Beja para exemplificar más práticas em dois olivais. À direita, houve uma erosão do solo graças a uma instalação deficiente, que não levou em conta o declive do terreno: “Com as chuvas, a terra dos camalhões [canteiros elevados em que são plantadas as oliveiras] escorreu e foi parar à estrada. Já aconteceu irem parar a casas e a igrejas”, diz, apontando para as pedras que os proprietários improvisaram para conter o aluimento. Na berma oposta, alega, os proprietários terraplanaram uma linha de água, destruindo-a.

Na opinião dos ambientalistas, a instalação dos olivais é feita por uma bitola que nunca previne eventuais danos ambientais. Prova disso, apontam, são as infrações sistemáticas aos Planos Diretor Municipal (PDM) das autarquias; apenas fora dos blocos de rega oficiais e em apenas três dos 20 concelhos do Alqueva (Beja, Serpa e Aljustrel), a Zero soma quase 10 mil hectares de infrações ao PDM, com oliveiras a ocuparem o espaço previsto para espaços florestais de proteção e produção, faixas de proteção sanitária e paisagística e até da malha urbana, ficando praticamente coladas a escolas e a habitações. “As primeiras situações foram de pessoas que vivem junto a estes terrenos agrícolas, que têm práticas de uso de pesticidas de forma sistemática. O olival tem seis ou sete aplicações por ano,

e a ocupação anterior não tinha este nível de intensidade”, explica Horta.

Na pequena aldeia de Quintos, no concelho de Beja, as pequenas árvores tocam mesmo no muro da antiga escola primária, onde atualmente os idosos recebem formação duas vezes por semana. “Quando vêm aí espalhar os químicos, temos de nos meter em casa porque não se aguenta o cheiro”, diz uma moradora do bairro adjacente. “Nunca nos avisam antes”. Pedro alega que as infrações passam normalmente impunes: “O setor tem muita influência e as autoridades atiram as responsabilidades umas para as outras. O balanço das decisões beneficia as práticas danosas”, afirma. A grande ameaça, naturalmente, é que um condicionante natural ou económico, como uma praga ou a descida do preço do azeite, anule os lucros dos gigantes empresariais, levando-os a abandonar os terrenos - uma possibilidade que poderia levar à ruína dos solos e quiçá das próprias comunidades.

As práticas de agricultura intensiva estão longe de ser um exclusivo do Alqueva. No Algarve, prosperam as explorações de abacate, com um consumo de água excessivo. Já o litoral alentejano, foi “forrado” a estufas para a produção de espécies não-autóctones, como os frutos vermelhos, com impactes já registados na salinização das áreas irrigadas, degradação do solo, poluição das águas subterrâneas e erosão da biodiversidade. A agricultora foi mesmo o único setor em que não se cumpriram as metas na neutralidade carbónica nos últimos anos em Portugal. O recente relatório do Observador Especial das Nações Unidas para os Direitos Humanos relacionado com o direito a gozar de um ambiente seguro, saudável e sustentável, David R. Boyd, destacou os riscos ambientais das culturas agrícolas superintensivas: “A agricultura intensiva levanta preocupações extensas no que toca ao direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável. Por exemplo, a agricultura intensiva sustentada em cultivos não-autóctones e a produção em estufas no Sul (Algarve e Alentejo) adiciona pressão aos recursos hídricos já escassos. Três quartos do uso total de água em Portugal é para agricultura e criação de gado. Portugal tem vindo a implementar



Trabalhadora a apanhar framboesa nas estufas da Maravilha Farms, em Tavira

tar medidas de modernização para aumentar a eficiência da rega, o que pode reduzir significativamente o consumo de água (...)”, lê-se, num parágrafo que sublinha ainda a exploração de trabalhadores africanos e asiáticos.





Fátima Mourão, ativista, tem lutado pela sensibilização do problema ambiental gerado pela fábrica de bagaço de azeitona na sua aldeia, Fortes

## 14 anos à sombra de uma nuvem negra

É na aldeia de Fortes, no concelho de Ferreira do Alentejo, que a fileira associada à indústria oleícola mostra a sua pior face. O que era branco deixou de o ser: os sinais de trânsito, as fachadas das casas térreas e as chaminés estão agora cobertas por uma poeira negra, as fendas das portas e das janelas tapadas, os sinais de alegria são raros. Quando o vento sopra em direção das casas, os 80 moradores, maioritariamente idosos, ficam envoltos numa nuvem pegajosa de fumo, cuspidada pela chaminé da AZPO - Azeites do Portugal, localizada a menos de 500 metros. “Tornou a nossa vida impossível”, afirma Fátima Mourão, presidente da Associação Ambiental Amigos de Fortes (AAAF). “Já fizemos 65 queixas-crime, já fomos à Assembleia da República, tentámos tudo, e ainda assim o problema arrasta-se há 14 anos”.

A AZPO faz o processamento de bagaço, ou seja, os resíduos da azeitona depois do processamento nos lagares, uma pasta composta por água vegetal, restos de polpa, cascas e pedaços de caroço. De uma tonelada de azeitona, extraem-se 120kg de azeite e 820 de bagaço que, por não poder ficar nos lagares, tem de ser levado para fábricas de

secagem. Aqui começa o problema: existem no perímetro do Alqueva cerca de 120 lagares para apenas três unidades de secagem (em Espanha, são 121), com capacidade para absorver, em conjunto, 600 mil toneladas de bagaço, trabalhando 24 horas por dia, todos os dias do ano. As fábricas laboram à máxima intensidade.

“No início, diziam-nos que era um processo sustentável e que estávamos a respirar vapor de água”, recorda Fátima. Era falso. O processo de secagem do bagaço é, de facto, circular, porque recorre ao aquecimento do próprio subproduto do azeite em caldeiras. No entanto, liberta partículas e gases prejudiciais à saúde. As primeiras análises efetuadas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), em junho de 2018, revelaram que a concentração de partículas finas atmosféricas, responsáveis por doenças respiratórias e cardíacas graves, excediam 35 vezes o valor-limite estabelecido por lei. Definia também uma “forte correlação” entre essas partículas e os poluentes químicos dióxido de enxofre e monóxido de carbono.

Ar que Rosa Dimas, 61 anos, respira diariamente. É uma mulher com o semblante sofrido, com a alma despejada de esperança, sufocada pela incessante fumaça da fábrica a 100 metros da sua casa. Já se cansou de esfregar a fuligem oleosa que em tudo se aloja: nos vidros das janelas, nas maçanetas

“**JÁ FIZEMOS 65 QUEIXAS-CRIME, JÁ FOMOS À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, TENTÁMOS TUDO, E AINDA ASSIM O PROBLEMA ARRASTA-SE HÁ 14 ANOS**”

Fátima Mourão,  
presidente da Associação Ambiental Amigos de Fortes

das portas, nos pelos dos cães. Habitou-se a escarrar negro. Não tem televisão por cabo porque a camada de porcaria se tornou tão espessa que a antena deixou de receber sinal. Os filhos esses, mal a visitam, porque não se esquecem dos dias em que chegavam à escola a cheirar a bagaço de azeitona: “Sempre que os quero ver, tenho de ser eu a ir ter com eles. Não querem voltar a pôr cá os pés”, lamenta, com os olhos impregnados de lágrimas.

Até a horta é um lamento. “A fartura era tanta que não precisava de comprar nada”, relembra, antes de se virar para as laranjas, penduradas na árvore, cobertas de cinza. “Agora nada se pode comer”.

Rosa tentou provar em tribunal que tinha a saúde em risco, mas as perícias médicas não encontraram uma relação causa-efeito entre as suas maleitas respiratórias e a poluição. “Eles têm tanto poder na região que eu até dos médicos já desconfio”, desabafa.

A sensação de abandono alastra-se pela região. Fátima Mourão sente que os próprios moradores preferem remeter-se ao silêncio, temendo represálias contra os familiares empregados pela Câmara ou pelas firmas agrícolas. “A democracia está sequestrada aqui”, diz. “São estas as razões que levam muita gente no Alentejo a ir na cantiga do Chega e dos discursos populistas”.



Rosa Dimas, em sua casa, na aldeia de Fortes, no Alentejo. Devido aos fumos tóxicos e gordurentos, deixou de poder ter a sua horta

David Catita é visto como o possuidor da fórmula mágica para fazer Fortes sair da sua masmorra de fumo. O engenheiro, de 46 anos, é responsável pelo projeto Unidades de Recirculação de Subprodutos do Alqueva (URSA), da EDIA, que pretende convencer os olivicultores a transformarem o seu bagaço num composto orgânico de qualidade para fertilizarem os solos. “Trata-se de devolver à terra os excedentes daquilo que ela nos dá”, afirma, olhando para o trator que revolve os resíduos orgânicos depositados pelos produtores na unidade de Vila Nova de São Bento. Já assinaram protocolos com 18 empresas que, em conjunto, cobrem 60% do olival do Alqueva. “A nossa expectativa é que os lagares fiquem sem bagaço para abastecer extratoras como a AZPO, pois no meu entender é uma atividade datada, do tempo da revolução industrial”, afirma. Segundo Catita, o processo não só é amigo do ambiente como permite aos produtores retirar mais ganhos económicos, uma vez que o adubo natural que recebem em troca dos resíduos agrícolas é muito mais valioso do que o que recebem das extratores em troca do bagaço. A intenção é que os próprios produtores realizem o processo de compostagem internamente. Algo que o olivicultor Luís Mira Coroa não vê acontecer “a curto ou médio prazo”.

“ **A NOSSA EXPECTATIVA É QUE OS LAGARES FIQUEM SEM BAGAÇO PARA ABASTECER EXTRATORAS COMO A AZPO, POIS NO MEU ENTENDER É UMA ATIVIDADE DATADA, DO TEMPO DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL** ”

David Catita  
projeto URSA



“Morreram-me 23 vacas, provavelmente por beberem água desta charca”. António Does, criador de gado

Uma notícia que iria certamente satisfazer António Does, dono de uma herdade separada de Fortes em cerca de 8 quilómetros, em linha reta, junto à aldeia de Ermidas. Uma das barragens da sua propriedade foi contaminada, no final de janeiro, por escorrências que o proprietário acredita terem origem nas lagoas de evaporação da AZPO. A água está escura e turva, e nas margens jazem carcaças de peixes; a acidez e a salinidade do bagaço de azeitona terão corrompido a bacia, eliminando todo o tipo de vida. “Não é a primeira vez que isto me acontece. Há sete anos, foi igual. Morreram-me 23 vacas, provavelmente por beberem água desta charca”, afirma o criador de gado.

Dessa vez, Does, desesperado por as autoridades protegerem a descontaminação das águas, ameaçou deixar os cadáveres das vacas à porta da Procuradoria-Geral de Santiago do Cacém. Só dessa forma reagiram. “Agora, há seis semanas que tenho isto assim e nenhuma entidade faz nada. Estou revoltado, qualquer dia cometo uma loucura e depois as pessoas perguntam-se porquê”, atira.

Contatada pela *Humanista*, uma fonte da administração da AZPO, detida pela empresa espanhola Migasa, uma das maiores produtoras mundiais de óleo de bagaço de azeitona, diz que a fábrica nada tem a ver com a contaminação das barragens de António Does. “São uns 18km por ribeiras, com dezenas de afluentes, alguns deles esgotos. Nem sequer entro nessa discussão”, comentou. No que toca às emissões em Fortes, pelo contrário, a unidade industrial diz ter

tudo preparado para implementar até 15 de outubro um sofisticado filtro para “acabar definitivamente com a questão”. Não aconteceu antes, dizem, por terem estado a testar o equipamento e a aguardar a revisão final do PDM de Ferreira do Alentejo.

Rosa Dimas já não acredita em promessas. Mesmo assim, no verão do ano passado, correu para o telefone quando viu chamas e fumo saírem da fábrica que lhe destruiu os últimos dez anos de vida. Chamou os bombeiros e evitou o incêndio. “O dono veio agradecer-me, mas nada fez para acabar com o meu pesadelo”, conta, sem conseguir explicar como é que um coração consegue manter a bondade quando desprovido de esperança.

